

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO D.A.S.P. - 1960

*div
R-43*

DASP
77"1960"(047)
3r

DOCUMENTAÇÃO - 1961

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DO SERVIÇO PÚBLICO

DIRETOR-GERAL

JOAO GUILHERME DE ARAGAO

Consultor Jurídico: CLENÍCIO DA SILVA DUARTE

DIVISAO DE PESSOAL

Diretor: WALDYR DOS SANTOS

DIVISAO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Diretor: PEDRO FERREIRA MAGALHÃES

DIVISAO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Diretor: MÁRIO LOPES

DIVISAO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Diretor: LUIZ PHELIPPE DE BARROS

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Diretor: MANOEL CAETANO BANDEIRA DE MELLO

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor: JOSÉ MEDEIROS

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

Diretora: STELLA DE SOUZA PESSANHA

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

Chefe: LUCÍLIO BRIGGS BRITO

88602

DEPARTMENT OF DEFENSE

RELATÓRIO
DAS ATIVIDADES
DO D.A.S.P. - 1960

ESTADO DA DOCUMENTAÇÃO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO D.A.S.P. - 1960

BD/DAS/P
35.074
38234
ex. 2
"1960" (647)

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO - 1961

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS

RELATÓRIO
DAS ATIVIDADES
DO D.A.S.P. - 1969

ac' 3930

ex' 10063537

APRESENTAÇÃO

Dando a público este volume do «Relatório das Atividades do D.A.S.P.» no ano de 1960, encerramos a nossa administração com o cabal cumprimento de uma das tarefas que nos propusemos ao assumir a direção do Serviço de Documentação em 1956.

Com este volume, completamos um quinquênio de publicação do «Relatório», com a regularidade que nos impusemos, desde o início de nossa administração, a fim de evitar as interrupções ocorrentes anteriormente.

A par de ser obra bem cuidada, documentando a atuação do D.A.S.P. nos diversos setores de sua competência, serve de orientação a outros estudos, por parte dos interessados pelos problemas administrativos.

Da utilidade e valia da obra dizem bem os numerosos pedidos que dela fazem os demais órgãos federais, estaduais, e municipais, assim como o público em geral.

Rio, janeiro de 1961.

MANOEL CAETANO BANDEIRA DE MELLO
Diretor do Serviço de Documentação do D.A.S.P.

ATIVIDADES DO D. A. S. P. EM 1960

ASPECTOS GERAIS

Nos últimos cinco anos, pode dizer-se que foram cumpridos os programas traçados para melhoria, aperfeiçoamento e modernização da máquina administrativa, de molde a colocá-la em consonância com as mais recentes conquistas no que tange à sistemática de pessoal, orçamento e todos os setores de atividades capazes de proporcionar rendimento maior para os serviços públicos.

Dentre essas inovações, merece destaque, por constituir progresso de conseqüência inestimável, o Plano de Classificação de Cargos, transformado, após árduas batalhas e demorada tramitação parlamentar, na Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, indiscutível vitória do Governo, porque imprime ao pessoal do Serviço Público Federal sistematização técnica moderna e adequada à situação atual, após a evolução observada desde as primeiras etapas de renovação, acentuadas com a criação do D.A.S.P., em 1938.

A par de tão sensível avanço, outras providências postas em prática evidenciam os contínuos esforços do Governo com o objetivo de prosseguir na marcha pela racionalização e aprimoramento da atividade administrativa, no país. Assim é que numerosos atos foram baixados para aplicação de normas administrativas atinentes a pessoal e ao cumprimento de sua legislação específica, seja regulamentando-se dispositivos de lei concernentes ao pessoal, em capítulos diversos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União ainda pendentes de acertos e normas de rotina para sua aplicação; seja cuidando-se do enquadramento do pessoal em diversos órgãos e dependências, como, dentre muitos outros casos, para o aproveitamento do pessoal das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, em cumprimento de lei de 1954 e 1956; para o aproveitamento de funcionários em disponibilidade dos Territórios extintos; e para o levantamento global das possibilidades de reemprego, em órgãos públicos, dos servidores dos Bancos em liquidação extrajudicial.

De um modo geral, essa escrupulosa política de pessoal levou à seguinte situação: o número de servidores que deixam a atividade ultrapassa, durante todo o período, o de provimento nos vários quadros de pessoal da administração direta.

Na administração indireta, o preenchimento de cargos e funções se processou com estrita observância do sistema de controle instituído

no início do Governo e reforçado em 1959, pelo Decreto nº 47.021, de 14 de outubro.

Trabalhos visando regularizar a situação do pessoal das Autarquias foram seguidamente empreendidos, reorganizando-se os respectivos quadros e adotando-se providências para aperfeiçoamento e adaptação desse pessoal às normas vigentes no Serviço Público Federal.

O próprio D.A.S.P., para atender a todos os novos encargos que lhe foram impostos, teve sua estrutura modificada e atualizada, passando a vigorar para seus serviços o Regimento baixado com o Decreto nº 41.955, de 3 de agosto de 1957.

Presentemente, com a implantação do novo regime de classificação de cargos, o D.A.S.P. elaborou inúmeros projetos de decreto que estão sendo postos em vigor, a fim de lograr a adaptação dos serviços aos novos moldes, não somente nos Ministérios e Órgãos da Presidência da República, mas, também, nas Autarquias e demais dependências da Administração Pública Federal.

Enorme tarefa está sendo levada a termo para aprovação das relações nominais de enquadramento dos servidores, ainda em caráter provisório; envolvendo trabalho complexo ao qual se tem devotado a equipe de técnicos deste Departamento.

Cabe acentuar ademais que, durante os cinco anos de Governo, não houve solução de continuidade no estudo das questões ligadas à revisão e retificação de quadros e tabelas das Autarquias, Ministérios e Órgãos Subordinados, nem no tocante aos pareceres emitidos pelo D.A.S.P. para esclarecer problemas ligados ao pessoal.

No setor da elaboração orçamentária, tudo tem feito o Governo no sentido de maior rendimento das atividades de gestão dos dinheiros públicos, de modo a fortalecer a execução administrativa. Por isso estabeleceu, desde logo, além das atividades normais de elaboração da Proposta Geral de Orçamento, o controle das dotações globais, através dos planos de aplicação e dos programas de contenção de despesas.

Pelos planos de aplicação, as repartições foram obrigadas desde logo a apresentar, anualmente, os seus respectivos programas de trabalho.

Por meio dos planos de contenção, tornou-se possível reduzir a procura de bens de consumo e de bens de capital e, conseqüentemente, diminuir o volume dos meios de pagamentos que teriam de ser utilizados na aquisição daqueles bens.

Viu-se o Governo, a partir de seu primeiro ano, forçado a adotar tais medidas de restrição à execução da Lei-de-Meios, para não somente possibilitar a redução ou eliminação do «deficit» orçamentário, como também atenuar a inflação. É sabido que, em face da estrutura econômico-financeira do país, o Orçamento pode servir como um dos

mais ativos elementos de combate à inflação, tanto através dos investimentos e dos dispêndios de custeio que se refletem na estrutura da procura global, como quando êle opera qual instrumento aferidor do impacto das receitas e despesas, na conjuntura econômica.

Conjugado o Orçamento Federal com planos racionais de contenção, especialmente em época de inflação, de modo a orientar os investimentos e eliminar gastos desnecessários, obtém-se a anulação de programas inadequados, ajusta-se a despesa aos recursos disponíveis, de modo a evitar o apêlo a emissões.

Desde logo cogitou o Governo de prosseguir na tarefa de introduzir, nas Autarquias, sistemas orçamentários semelhantes ao adotado no Governo Federal, elaborando, para tal fim, esquemas de classificação padronizados de receita e despesa dos órgãos paraestatais. Possibilita-se, assim, uniformidade de orçamentos e balanços, para fins de comparabilidade e estatística, como também para o exercício adequado da função de controle que ao Governo Federal compete exercer nas citadas Autarquias.

A instituição, no atual Governo, dos planos de aplicação de dotações globais, pelo seu aspecto programático, representou o primeiro passo para a introdução do chamado «Performance Budget» no Brasil: apurou-se, por êsse meio, que as despesas de pessoal excedem de 70%, donde a necessidade de criar-se um mecanismo de controle.

Com o gravamento do «deficit» em consequência de despesas vultosas provenientes de exercícios anteriores e com a concessão de abonos provisórios aos servidores civis e militares, passou o Governo a esforçar-se para conter o «deficit» previsto dentro de proporções toleráveis: apresentou ao Congresso Nacional, em 1959, uma proposta equilibrada, a qual, posteriormente, em face da ocorrência de elementos imprevisíveis, teve que ser revista, ainda em 1958, formulando-se então o Plano de Estabilização Monetária.

A experiência demonstrou, desde a implantação do primeiro plano de contenção, que essa prática tem exercido função altamente eficiente na execução orçamentária, especialmente através da seleção dos investimentos e da hierarquização dos dispêndios de custeio.

A introdução da medida de política financeira, consistente na elaboração de um Fundo de Reserva juntamente com medidas de planejamento da execução orçamentária, representou, outrossim, sério esforço no sentido da racionalização da administração da Lei-de-Meios.

O problema da estimativa da Receita Federal tem-se mostrado árduo e delicado. Como consequência das modificações introduzidas na legislação dos impostos de renda e do selo, em fins de 1958, teve que ser recalculada a estimativa da Receita dêsse exercício; em decorrência, a Receita para o exercício de 1959 apresentou resultado excepcional,

uma vez que foi praticamente igual à arrecadação real. Porém, a política de restrição à importação, levada a efeito com o objetivo de reduzir o «deficit» do Balanço de pagamentos, repercutiu de forma sensível na produtividade do imposto de importação e taxa de despacho aduaneiro. Por esse motivo, novos cálculos para a estimativa de 1959 tiveram, então, que ser feitos, com base na arrecadação dos primeiros meses do exercício.

Fatores idênticos influenciaram a estimativa da Receita para o ano de 1960.

Anualmente, a Proposta Orçamentária apresenta modificações em seu aspecto formal. O objetivo colimado é sempre o de fixar Receita e Despesa o mais próximas da realidade e da necessidade, tal como recomendam os princípios orçamentários clássicos.

O «deficit» ultimamente verificado no encerramento dos exercícios financeiros tem resultado do aceleração surpreendente do desenvolvimento econômico do país, em fase sem paralelo em toda a História do Brasil.

O momentâneo desequilíbrio nas finanças públicas significa, assim, a melhoria das condições de vida num futuro próximo, resultado da luta pelo desenvolvimento e pela própria emancipação econômica do país.

Viu-se o Governo na contingência de adotar drásticas medidas de contenção de despesas, mediante o Decreto nº 47.659, de 19 de janeiro de 1960, com rigorosas normas de execução orçamentária.

A proposta Orçamentária para 1961 apresentava pequeno «superavit» de Cr\$ 292.240.371,00, já incluindo as despesas com o Plano de Classificação de Cargos.

Tal previsão, todavia, ficou prejudicada com o montante de despesas oriundas daquela lei e da recente decretação da paridade entre servidores civis e militares.

Noutro setor de atividades afeto ao D.A.S.P., prosseguiram os trabalhos de organização e metodização, visando à simplificação burocrática.

Pesquisas têm sido constantemente feitas no sentido de tornar adequados os regimentos das repartições às suas respectivas atividades.

Por outra parte, intensificou-se a atuação de caráter técnico e de cooperação do D.A.S.P. com diversas entidades nacionais e internacionais que se consagram a tais estudos.

Numerosos projetos de reforma de órgãos administrativos foram transformados em decreto executivo, como fruto de tais atividades, bem assim regulamentos e projetos de reestruturação de serviços.

É igualmente elevado o índice de produtividade do D.A.S.P. no tocante à racionalização e simplificação das operações administrativas.

No setor de recrutamento e seleção de pessoal para as carreiras do Serviço Público Federal, apesar da observância de justa política de contenção de gastos, não sofreram solução de continuidade as medidas governamentais.

O sistema do mérito consagrado pelo texto constitucional foi observado no provimento dos cargos, com os melhores resultados.

O grande público continua acreditando nos concursos do D.A.S.P., e os vem prestigiando de forma extraordinária através da massa de candidatos que afluem aos concursos que são abertos.

O artigo 12 do novo Estatuto dos Funcionários não permite a permanência de ocupantes interinos em cargos públicos por período superior a 2 anos.

Donde a adoção de cuidados urgentes para regularização das situações existentes, tendo-se realizado, já em 1957, concursos exclusivamente para carreiras onde havia interinos.

Cumprе notar que o período governamental iniciado em 1956 lidera o número de inscrições de candidatos a concursos, bem como o vulto das competições públicas realizadas.

Com a criação da Escola de Serviço Público, em fevereiro de 1958, pelo Decreto nº 43.176, intensificaram-se as atividades de aperfeiçoamento de pessoal.

Esse estabelecimento, que há muito se fazia necessário nos moldes em que, afinal, foi concebido e criado, hoje presta os melhores serviços ao aperfeiçoamento de pessoal, funcionando junto ao D.A.S.P., em regime de colaboração com o Ministério da Educação e Cultura.

A Escola de Serviço Público vem, com efeito, influiuando consideravelmente no aceleração da formação de profissionais destinados à Administração, como também na elevação do nível educacional do país.

Reativou-se, por outro lado, o regime tradicional de recrutamento de servidores para destiná-los a programas de aperfeiçoamento no estrangeiro, notadamente nos Estados Unidos da América e na Europa, através do Ponto IV e de outro sistema de bôlsas de estudo.

Com a vinda de especialistas, prosseguiu, também, em bases seguras, o programa de cooperação técnico-administrativa entre o nosso país e a França.

Quanto aos trabalhos de orientação e elaboração de projetos de construção de edificios públicos, prosseguiram em ritmo acelerado, ten-

do em vista o número de construções programadas pelos diversos órgãos da Administração.

Pela reestruturação efetuada naquele órgão, desde 1957, surgiram encargos idênticos com relação às obras das Autarquias.

As obras da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, tal como as de outras Universidades do país, continuaram no ritmo compatível com as disponibilidades orçamentárias, assegurado, porém, o pleno funcionamento de diversas unidades destinadas às Escolas Universitárias.

ORÇAMENTO

RECEITA PÚBLICA — EM 1960

As atividades do D.A.S.P., no setor de orçamento, pelo surto de desenvolvimento econômico por que vem atravessando o país, nestes últimos anos, e pelas sucessivas reformas dos órgãos da administração pública federal, que procuram organizar-se de molde a poder acompanhar a dinâmica da administração, têm-se desenvolvido extraordinariamente.

Se recuarmos um decênio e atentarmos para os números insertos no Orçamento Geral da República para 1950, verificaremos que, àquela época, o documento orçamentário apresentava os seguintes resultados: Receita estimada — Cr\$ 18.775.228.000,00. Despesa fixada — Cr\$ 22.290.416.784,00.

A Lei-de-Meios para 1960 estima a Receita em Cr\$ 179.498.759.000,00 e fixa a Despesa em Cr\$ 194.327.480.002,00, traduzindo aumentos de, respectivamente, Cr\$ 160.718.581.000,00 e Cr\$ 172.037.063.218,00. As simples diferenças aritméticas, acima enunciadas, dão uma idéia do esforço e do acréscimo de responsabilidades impostas ao D.A.S.P.

Das atribuições do D.A.S.P. no setor de orçamento, ressalta, como principal, a elaboração da Proposta Orçamentária.

Anualmente, a Proposta Orçamentária apresenta modificações em seu aspecto formal; sua Receita e Despesa são, respectivamente, estimada e fixada mais próximas da realidade e da necessidade, consagrando, assim, os princípios orçamentários clássicos da clareza e da sinceridade.

É de ressaltar, entretanto, que apesar da proficiência com que, sistematicamente, vem tratando dos assuntos relacionados com a elaboração e execução dos orçamentos federais, tem o D.A.S.P. conseguido, apenas, atenuar, quando o ideal seria eliminar, os resultados negativos que as contas públicas apresentam ao término dos exercícios financeiros.

Fatores múltiplos e complexos têm contribuído para o encerramento dos exercícios financeiros com «deficit» de Caixa. O «rush» de desenvolvimento econômico do país, resultado de uma política go-

vernamental de investimentos públicos, de caráter reprodutivo, trouxe, inevitavelmente, um momentâneo desequilíbrio nas finanças públicas. A inércia não exigiria sacrifícios como, igualmente, não proporcionaria, nem em remoto futuro, melhores condições de vida à coletividade; representaria a rotina da estagnação, senão a lenta deterioração do organismo nacional. E não há dúvida de que já começam a surgir índices auspiciosos da criação de riqueza, de bens e serviços em proveito da coletividade brasileira.

Os orçamentos brasileiros refletem, tão-somente, a situação existente. Os «deficits» que apresentam traduzem luta pelo desenvolvimento e, conseqüentemente, emancipação econômica. Seus reflexos constituem o preço do desenvolvimento exigido pelo país.

No exercício financeiro de 1960, a Proposta Orçamentária apresentava, em síntese, a seguinte situação:

	Cr\$
Receita	167.763.759.000,00
Despesa	165.228.259.492,00
«Superavit»	2.535.499.508,00

Traduzia êsse resultado a expectativa de uma execução orçamentária equilibrada. A situação prevista na Proposta foi, todavia, totalmente alterada e o Orçamento sancionado e promulgado pela Lei nº 3.682, de 7/12/1959, oferecia o seguinte resultado:

	Cr\$
Receita	179.498.759.000,00
Despesa	194.327.480.002,00
«Deficit»	14.838.721.002,00

A receita, reestimada nos primeiros meses do ano, apresentava índices de crescimento bastante animadores e, no momento, ao término do exercício financeiro em curso, os trabalhos de pesquisas estatístico-matemáticos, desenvolvidos pelo D.A.S.P., levam a crer que as rendas da União, para 1960, se elevarão a cerca de 210 bilhões de cruzeiros.

Assim, o panorama da execução orçamentária vigente oferece a seguinte perspectiva:

	(em bilhões de cruzeiros)	
	Cr\$	Cr\$
I — «deficit» inscrito na Lei Orçamentária		14,8
II — Despesas sem créditos ou com créditos insuficientemente fixados na Lei Orçamentária		26,0
III — Despesas decorrentes da implantação do sistema de classificação de cargos do pessoal civil da União		6,0
IV — Aumento de vencimentos dos militares		7,0
V — Abertura de créditos adicionais para ocorrer a despesas não previstas na Lei Orçamentária		25,0
VI — Despesas à conta de saldos de créditos especiais transferidos		1,0
VII — Liberação de créditos orçamentários incluídos no Plano de Contenção de Despesas previsto no Decreto nº 47.659/60		5,0
Total das Despesas sem cobertura da Receita Orçamentária		74,8

MENOS

I — Diferença para mais resultante da reestimativa da Receita	31,0	
II — Medidas de contenção de despesa, prevista no Decreto nº 47.659/60	30,0	61,0
Previsão de resultado final da execução orçamentária «deficit»		23,8

Paralelamente a outras medidas, visando a corrigir o «deficit» orçamentário, o Governo viu-se na contingência de adotar drásticas medidas de contenção nas despesas públicas. Assim é que o Decreto nº 47.659, de 19 de janeiro de 1960, obrigou todos os Ministérios e alguns órgãos da Presidência da República a elaborarem programas de economia nos créditos orçamentários votados para o ano de 1960, os quais, somados, totalizam Cr\$ 30 bilhões. O caráter não impositivo da Lei Orçamentária admite a adoção de medidas administrativas dessa natureza, cujo escopo é procurar situar os gastos públicos nos níveis de rentabilidade da Receita da União. Rigorosas normas de execução orçamentária foram estabelecidas no Decreto nº 47.653, de 1960, prevendo a apresentação de planos de aplicação, antes da movimentação dos créditos inscritos no Orçamento, sob a forma global.

Em números globais, o movimento de planos de aplicação examinados pelo D.A.S.P., assim se apresentou:

Órgãos	Número de Planos	Valor total dos Planos
Presidência da República	4	385.500.000,00
Ministério da Agricultura	490	3.093.257.427,00
Ministério da Educação e Cultura	40	2.842.782.730,00
Ministério da Justiça e Negócios Interiores	3	608.992.820,00
Ministério da Saúde	58	3.822.926.898,00
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	2	486.300.000,00
Ministério da Viação e Obras Públicas	2	2.000.000.000,00
Total	599	13.239.759.875,00

PROPOSTA ORÇAMENTARIA PARA 1961

A Proposta Orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo apresentava o pequeno «superavit» de Cr\$ 492.240.371,00. Cumpre salientar, que, na despesa, foi prevista a importância de Cr\$ 23.000.000.000,00, para atender aos encargos decorrentes da implantação de Plano de Classificação de Cargos do Pessoal Civil da União e do aumento de vencimentos do pessoal militar; e de Cr\$ 2.803.400.000,00 destinada à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, pela primeira vez incluída como Subanexo, na Proposta Orçamentária.

A diretriz geral observada na elaboração da Proposta de Lei-de-Meios, para o exercício financeiro de 1961, foi a mesma dos anos anteriores, ou seja: severa contenção dos gastos de custeio e ampliação dos recursos destinados aos investimentos de caráter reprodutivo.

A Receita, estimada, moderadamente, em Cr\$ 219.595.107.000,00 está assim distribuída:

(Em milhões de cruzeiros)

Imposto de Importação e Afins	24,3	
Imposto de Consumo	84,3	
Imposto de Renda	59,6	
Imposto do Sêlo e Afins	26,3	
Outros	25,1	219,6

Análise minuciosa do comportamento desses tributos, nos exercícios encerrados, bem assim as razões das estimativas para 1961, foram expostas na Mensagem Presidencial que encaminhou a Proposta Orçamentária para 1961, ao Congresso Nacional.

A Despesa Pública, distribuída pelos diversos Subanexos, oferecia o seguinte panorama:

<i>(em milhões de cruzeiros)</i>	
Câmara dos Deputados	644,3
Senado Federal	357,6
Tribunal de Contas	163,9
Conselho Nacional de Economia	53,9
Presidência da República (D.P.)	92,4
Presidência da República (E.G.)	2.397,2
D.A.S.P. (D.P.)	167,9
D.A.S.P. (E.G.)	1.500,0
Estado Maior das Forças Armadas	47,4
Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	6,8
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	2.803,4
Comissão do Vale do São Francisco	1.997,7
Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica ...	12,1
Conselho Nacional de Petróleo	62,7
Conselho Nacional de Segurança	288,8
Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	4.205,5
Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País	500,0
<i>Ministérios</i>	
Aeronáutica	12.330,0
Agricultura	9.121,2
Educação e Cultura	17.450,8
Fazenda	54.545,5
Guerra	23.135,0
Justiça e Negócios Interiores	7.837,6
Marinha	12.650,0
Relações Exteriores	2.517,9
Saúde	11.267,2
Trabalho, Indústria e Comércio	3.752,4
Viação e Obras Públicas	47.656,3
Poder Judiciário	1.533,3
	219.098,8

A criação dos Ministérios de Minas e Energia e da Indústria e Comércio com o aproveitamento de repartições que, até então, integravam a estrutura administrativa dos Ministérios da Agricultura, do Trabalho, Indústria e Comércio, da Viação e Obras Públicas, bem como

a incorporação de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, não pôde ser prevista na atual Proposta, visto ter sido a data da promulgação da Lei, criando os citados Ministérios, posterior à do encaminhamento da referida Proposta ao Poder Legislativo. Todavia, medidas complementares que possibilitem o normal funcionamento dos novos Ministérios já foram adotadas junto ao Congresso Nacional.

As obras ligadas diretamente com o prosseguimento da construção e funcionamento da Nova Capital da República mereceram especial atenção do Governo. Consigna a Proposta, para aqueles fins, créditos orçamentários, totalizando Cr\$ 5.261.525.002,00. Atenderão à realização do seguinte programa:

	Cr\$
Rodovias	2.837.702.843,00
Ferrovias	290.000.000,00
Manutenção de serviços e obras do Ministério da Saúde	450.000.000,00
Idem, idem, do Ministério da Educação e Cultura	150.000.000,00
Idem, idem, do Ministério da Agricultura ..	33.822.159,00
Despesas com a transferência de servidores administrativos, e pagamentos de aluguéis e obras a cargo do Grupo de Trabalho de Brasília	1.500.000.000,00
Total	<u>5.261.525.002,00</u>

A previsão inicial de uma execução orçamentária praticamente equilibrada, como fazia antever a Proposta do Executivo, não poderá ser confirmada, se medidas drásticas não forem adotadas, logo no início do exercício financeiro. O projeto de paridade de vencimentos entre pessoal civil e militar da União, bem como o aumento de vencimentos dos militares, e suas inevitáveis conseqüências, provocarão um acréscimo de despesas de, aproximadamente, 30 bilhões de cruzeiros.

ORÇAMENTO DAS AUTARQUIAS

A padronização de orçamentos e balanços das autarquias, entidades paraestatais e entidades atípicas de direito público e privado, vem merecendo, de longa data, estudos acurados, visando a concretização desse objetivo.

A colaboração prestada ao D.A.S.P. por vários especialistas na matéria, inclusive professores universitários, permite a elaboração de

padrão de Orçamento e Balanço para as entidades citadas, em moldes semelhantes aos adotados no Orçamento Federal, o que virá, inevitavelmente, facilitar os trabalhos de pesquisa e de análise dos resultados obtidos.

O trabalho referido acha-se em fase final, tendo sido previamente testado por diversas organizações descentralizadas, devendo ser pôsto em execução em 1961.

ORGANIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Numerosos projetos de regimentos e regulamentos foram elaborados, em 1960, pelo D.A.S.P.

Entre êsses atos normativos de estruturação organizacional, já aprovados mediante decreto, figuram os regimentos do gabinete do Ministro da Agricultura, da Comissão Brasileira de Turismo, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, da Diretoria da Despesa Pública, e o Estatuto da Universidade Rural de Pernambuco.

Dependentes de decisão, encontraram-se os estudos realizados sobre os regimentos dos Institutos Agrônômicos Regionais, do Instituto Oswaldo Cruz, da Divisão do Imposto de Renda (bem como sua reorganização), da Casa de Rui Barbosa, da Comissão de Belas-Artes, do Departamento de Endemias Rurais (alteração), do Departamento Nacional da Produção Vegetal (alteração na parte referente à Fazenda Ipanema).

Na mesma situação acham-se o projeto de lei dispendo sobre as juntas comerciais, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e os trabalhos relativos à transformação em estabelecimento federal de ensino superior da Escola de Química da Universidade do Paraná; à reorganização dos Conselhos de Contribuintes (1º e 2º); à revogação do ato de criação do Conselho Nacional de Cooperativismo; à criação da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI); da Campanha de Formação de Meteorologia e de uma Inspeção Regional do Instituto de Fermentação no Estado da Guanabara.

Colaboração eficiente prestou ademais o D.A.S.P. a diversas entidades governamentais, cabendo acentuar a contribuição que vem oferecendo nos estudos de problemas de organização da Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul, da Contadoria-Geral da República, da Divisão de Saúde (Divisão de Planejamento, Informação e Estatística), do Ministério da Aeronáutica e Centro Pan-americano de Pesquisas em Recursos Naturais, bem como na elaboração do regimento do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Cumprе mencionar ainda, nesse setor de trabalho, o projeto referente ao acordo entre o D.A.S.P. e o Ponto IV, com os estudos dos

problemas de organização e métodos do sistema de organização do serviço público federal, a fim de serem identificadas as causas que contribuíram para que esse sistema não lograsse o funcionamento desejado, além da apresentação de uma série de recomendações, visando a uma formulação do sistema e adequação das unidades que o compõem às suas reais finalidades.

Ainda com relação ao projeto acima citado, estão sendo realizados, na Contadoria-Geral da República, estudos de administração orçamentária aplicada, específicos dos métodos mais modernos de mecanização aplicada à contadoria, inclusive no tocante a volume, relações com os órgãos periféricos, economia, precisão e rapidez das apurações dos dados contábeis.

É de assinalar-se também o assessoramento prestado pelo D.A.S.P. às Comissões de organização e implantação dos Ministérios da Indústria e Comércio e Minas e Energia, bem como o levantamento preliminar, levado a efeito, da situação dos arquivos dos Ministérios, em colaboração com o Arquivo Nacional.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Setor de atividade que teve em 1960 papel da maior importância na nova estruturação política de pessoal, é, indubitavelmente, o referente à classificação de cargos no serviço público civil.

Tanto que, com o novo regime de classificação, implantado pela Lei n.º 3.730, de 12 de julho de 1960, houve necessidade de um novo esquema na estrutura do D.A.S.P..

A própria Lei citada, em seu artigo 39, criou a Divisão de Classificação de Cargos, bem como uma Comissão de Classificação de Cargos, órgãos harmônicos e independentes de competência específica em relação à nova organização do pessoal.

Releva desde logo acentuar a importância daquela Divisão, não só como órgão técnico-consultivo e instrutivo da Comissão de Classificação de Cargos como também orientador do revisor da organização dos novos quadros do funcionalismo e da classificação ou reclassificação dos seus quadros.

Órgão de cúpula no sistema, a Divisão de Classificação de Cargos terá competência para, entre outras atribuições, orientar e rever a organização dos novos quadros do funcionalismo; perquirar sobre atribuições e responsabilidades dos cargos e funções do serviço público federal; realizar estudo sobre padrões de vencimentos, mantendo-se atualizados, tendo em vista as flutuações do custo de vida. Também quanto à elaboração e estudo da proposta orçamentária, a Divisão de Classificação prestará sua colaboração na parte referente às despesas com o custeio do pessoal civil do Poder Executivo. Para manter e melhor realizar os serviços que lhe são afetos, haverá em cada Ministério e órgão subordinado à Presidência da República, nos seus serviços de pessoal respectivos, um órgão de classificação de cargos em mútua e perfeita articulação com a Divisão ora criada.

Dentro do novo esquema de trabalho no tocante às questões legadas à classificação de cargos, o D.A.S.P. apresentou os seguintes projetos de decretos:

- criando o Regimento da Comissão de Classificação de Cargos, e que se transformou no Decreto n.º 48.920, de 8 de setembro de 1960;

- dispondo sobre os órgãos de classificação de cargos nos ministérios e órgãos subordinados ao Presidente da República, de que resultou o Decreto n.º 48.689, de 30 de julho de 1960;

— criando um Setor de Classificação de Cargos no Conselho Nacional de Economia, que se consubstanciou no Decreto nº 48.922, de 8 de setembro de 1960;

— dispondo sobre o enquadramento de que trata a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, tendo como consequência o Decreto nº 48.921, de 8 de setembro de 1960;

— dispondo sobre a classificação de cargos nos Territórios Federais, autarquias, entidades paraestatais e serviços ferroviários, portuários e marítimos administrados pela União sob forma autárquica, transformado no Decreto nº 48.923, de 8 de setembro de 1960;

— dispondo sobre a execução do parágrafo único do artigo 65 da Lei nº 3.780/60, cuja resultante foi o Decreto nº 49.159, de 1 de novembro de 1960;

— criando o Regimento da Divisão de Classificação de Cargos, ainda aguardando aprovação;

— regulamentando a readaptação de que trata o artigo 43 da Lei nº 3.780, de 1960;

— regulamentando a admissão de pessoal temporário; e

— regulamentando o regime de tempo integral.

Foram examinados, em caráter definitivo, para aprovação pela Comissão, os enquadramentos do pessoal do D.A.S.P., do Conselho Nacional de Economia, do Plano do Carvão Nacional, da Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Conselho Técnico da Universidade do Brasil, do Instituto Nacional do Mate, do Serviço Social Rural e dos Territórios do Acre e Amapá.

Em caráter provisório, foram apresentados os enquadramentos dos Ministérios, do Conselho Nacional de Petróleo e da Comissão do Vale de São Francisco.

Cabe ressaltar que o exame dos vetos apostos à Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, alterará a regulamentação já expedida sobre a matéria.

Não houve por outra parte solução de continuidade no estudo de questões legadas à revisão e retificação de quadros e tabelas das autarquias, dos órgãos subordinados aos Ministérios ou à Presidência da República e bem assim na elaboração de numerosos pareceres sobre questões administrativas pertinentes a assuntos que ficaram situados no âmbito da nova Divisão.

Finalmente, deve-se destacar a assistência prestada aos bolsistas dos Estados que se encontram estagiando no D.A.S.P., aos quais são ministradas aulas de classificação de cargos e treinamento intensivo.

APERFEIÇOAMENTO

APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO

No que se refere ao treinamento de pessoal, entre as atividades do D.A.S.P. em 1960, devem ser destacadas as que resultaram dos acórdos celebrados com a Universidade de Califórnia e com o Governo francês, que representam as bases para uma política de treinamento em serviço a ser desenvolvida nos próximos anos, possibilitando o intercâmbio com instituições onde os métodos de ensino se caracterizam pela inclusão intensa e constante dos aspectos práticos das diferentes disciplinas. A vinda de especialistas ou a ida de bolsistas brasileiros àqueles países representam permanente dinamização em nossos métodos.

No campo de treinamento de pessoal, orientou-se o D.A.S.P. no sentido de uma estrutura de organização, com base em reais necessidades, a fim de se conseguirem as condições exigidas para o exercício eficiente dos cargos públicos.

Para tanto cogitou-se de nova estrutura, com a criação de Comissões que darão desenvolvimento a tarefas que, posteriormente, ficarão afetas a setores definitivos.

Atualmente estão em funcionamento as Comissões que se ocupam de treinamento em serviço, do auxílio audiovisual e de biblioteca e bibliografia, realizando-se levantamentos do que existe em seus respectivos campos de atividades, não somente no Estado da Guanabara, como também nas outras unidades da Federação.

Simultaneamente com as pesquisas, essas comissões vêm procurando interessar tôdas as entidades que possam contribuir com experiências positivas em seus setores respectivos.

O programa estabelecido vem sendo cumprido através de visitas e reuniões com os dirigentes dos serviços de outros órgãos interessados nos trabalhos das comissões, constituindo importante fase que antecede a ação planejada e construtora previstas na nova estrutura.

Encontra-se em final de estudo pela Comissão de Treinamento em Serviço uma exposição de motivos, justificando decreto, em função do qual os diferentes Ministérios virão participar de uma nova política de treinamento de pessoal em serviço.

Atendendo às disposições vigentes do treinamento e aperfeiçoamento, o D.A.S.P., mantém em funcionamento diversos cursos, ora em fase de conclusão.

O curso técnico de administração, para formação de pessoal qualificado de nível médio, com a duração de 3 anos, conta, atualmente, com 169 alunos matriculados.

Os cursos de aperfeiçoamento, visando a complementação da cultura técnica ministrada no curso de formação, são divididos em dois ciclos, constando o primeiro ciclo de Datilografia (português e datilografia), com 94 alunos e o segundo ciclo dos cursos de Aperfeiçoamento de Pessoal, com 53 alunos; Administração de Material, com 17 alunos; Relações Públicas, com 47 alunos; Relações Humanas, com 91 alunos; Organização de Serviços Públicos, com 21 alunos; Chefia (princípios e técnicas), com 55 alunos; Contabilidade Pública, com 36 alunos e Estenografia (português e taquigrafia), com 78 alunos.

Os cursos de especialização, para preparo de técnico de alto nível, correspondente aos de pós-graduação são no momento, os de Administração Municipal, com 31 alunos e de Administração de Material, com 38 alunos.

Atendendo às necessidades específicas de treinamento, mantém, ainda o D.A.S.P. os cursos avulsos de Assistente de Administração, com 1.000 alunos; Treinamento de Pessoal para Arquivo, com 18 alunos e Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Comercial, com 135 alunos.

Ademais, mantém, ainda, cursos por correspondência, como de Administração e Legislação de Pessoal, Legislação Fazendária, Matemática e Elementos de Estatística, Noções Gerais de Direito e Português e Redação Oficial, levando aos funcionários lotados em outras unidades da Federação os conhecimentos necessários ao desempenho de suas funções.

SELEÇÃO DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO

Em 1960 a atuação do D.A.S.P. no setor de seleção de pessoal para o serviço público federal teve o seu ritmo diminuído, face à aprovação do Plano de Classificação de Cargos (Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960), a fim de que, não se tumultuasse a aplicação das regras de enquadramento previstas nessa lei.

Não obstante, atendendo a situações anteriores à classificação de cargos, concluíram-se e homologaram-se as seguintes provas complementares de alguns concursos e provas de habilitação:

- Gravador da Casa da Moeda;
- Condutor de Serviços Técnicos da Casa da Moeda;
- Datiloscopista do S.P.F.;
- Ajudante de Cozinheiro da T.N.E.E.M. da Escola Agrotécnica Diaulas de Abreu;
- Mecânico O.T.F. da T.N.E.E.M. da Escola Agrotécnica Diaulas de Abreu;
- Copeira da T.N.E.E.M. da Escola Agrotécnica Diaulas de Abreu;
- Artífice da T.U.E.M. da Escola Agrotécnica Diaulas de Abreu;
- Operário Agrícola da T.N.E.E.M. da Escola Agrotécnica Diaulas de Abreu;
- Guarda da T.N.E.E.M. da Escola Agrotécnica Diaulas de Abreu;
- Escrevente-datilógrafo da T.U.E.M. da Escola Agrotécnica Diaulas de Abreu;
- Auxiliar de Inspetor da T.U.E.M. da Escola Agrotécnica Diaulas de Abreu;
- Prático de Laticínios da T.N.E.E.M. da Escola Agrotécnica Diaulas de Abreu;
- Auxiliar Administrativo da T.U.E.M. da Escola Agrotécnica Diaulas de Abreu;
- Lavadeira da T.N.E.E.M. da Escola Agrotécnica Diaulas de Abreu.

Atendendo, ainda, a solicitações urgentes e inadiáveis das repartições interessadas, foram abertos, executados e homologados os con-

curso gerais, específicos e provas de Tecnologista-Engenheiro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Operário de Imprensa do Ministério da Marinha; Mestre de Oficina do Estabelecimento Central do Material de Saúde do Exército, do Ministério da Guerra; Revisor do Departamento de Imprensa Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; e Operário de Arsenal de Ministério da Marinha.

No âmbito da administração indireta, onde a ação do D.A.S.P. só se concretiza, por força da lei, quando solicitada expressamente pelas respectivas autoridades dirigentes, foram realizados oito (8) concursos de alto nível, como os de Topógrafo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Técnico de Migração do Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Assistente Social do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários; Desenhista do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários; Estatístico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários; Engenheiro do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários; Técnico de Contabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; e Contador do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

OBRAS E EDIFICIOS PÚBLICOS

Prosseguindo em suas atividades no setor de obras e edifícios públicos, o D.A.S.P. examinou e deu parecer, durante o ano de 1960, em 335 projetos de obras que lhe foram apresentados pelos Ministérios à aprovação presidencial. Estão eles assim discriminados por procedência:

	<i>Processos</i>
Ministério da Agricultura	222
Ministério da Educação e Cultura	48
Ministério da Fazenda	6
Ministério da Justiça e Negócios Interiores	50
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	3
Ministério da Saúde	5
Presidência da República	1
Total	335

UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

Em 1960, continuou o D.A.S.P. a ser representado na Comissão supervisora de planejamento e execução da Cidade Universitária de Minas Gerais, onde vem prestando assistência técnica, notadamente no que diz respeito às instalações de eletricidade hidráulica, fazendo-se ainda sentir a sua ação no planejamento geral, com o fornecimento de elementos para os respectivos projetos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

Continua o D.A.S.P. a manter a mais estreita colaboração com a Associação Brasileira de Normas Técnicas que, por convênio estabelecido com este órgão, faz jus a uma subvenção anual para o estudo de normas específicas e métodos de ensaios.

No programa de atividades dessa Associação para 1960, salientam-se as seguintes, tôdas de alto interesse para a construção e conservação de edifícios públicos: cálculo e execução de obras de concreto armado; cálculo e execução de pontes de concreto armado; execução de instalações elétricas; cálculo e execução de lajes mistas; cargas para cálculo de estruturas de edifícios; norma geral de desenho técnico; cálculo e execução de estruturas de aço, instalações hidráulicas prediais

contra incêndio; instalações de elevadores; execução de desenho de arquitetura e construção; cálculo e execução de estruturas de concreto simples; inspeção de caldeiras a vapor; código nacional de abreviaturas dos títulos dos periódicos; apresentação de artigos periódicos; apresentação de publicações periódicas; desenhos topográficos, cartográficos e geológicos; referências bibliográficas; numeração progressiva das seções de um documento; normas de avaliações de imóveis; legenda bibliográfica; sinopses e resumos; execução de coberturas e fechamento laterais com chapas onduladas de cimento-amianto.

CIDADE UNIVERSITÁRIA

Quanto à situação dos edifícios da Cidade Universitária, as atividades desenvolvidas em 1960 foram intensificadas, já podendo ser anunciada a conclusão de diversas obras, destacando-se, pelo vulto, as da Faculdade Nacional de Arquitetura, que, conforme fôra programado, pode ter assegurado o seu pleno funcionamento no ano letivo de 1961.

Faculdade Nacional de Arquitetura — Composto por quatro blocos, encontra-se o principal inteiramente concluído, com uma área bruta de 33,660m², destinado às atividades essenciais da unidade escolar.

O Bloco B, em fase final de acabamento dispõe, no seu primeiro pavimento, de cêrca de 2.300m² reservados para estacionamento de bicicletas e motonetas, e no segundo, de uma biblioteca de quase 1.000m², além de um vasto salão de exposições. Resta para o término dos Trabalhos a colocação de vidros nas esquadrias, revestimento de paredes e uma parte do piso, além de conseqüentes pequenos arremates.

Quanto ao Bloco C, da mesma forma poderá ser utilizado em 1961, uma vez que restam tão-somente os serviços de pinturas da cozinha e o final da colocação das esquadrias e revestimento do refeitório. Abrigará, ainda, o Diretório Acadêmico e a Associação Atlética, o Conselho Departamental, a Diretoria da Faculdade, as dependências dos professores, além da cozinha, que já se encontra instalada, e os diversos refeitórios.

O Bloco D, coberto por «sheds» e reservado às cadeiras que necessitam de instalações especiais, contando com um auditório para 250 lugares, além de dependências para grandes laboratórios, almoxarifado, museu técnico, oficinas, etc., teve o seu andamento bastante acelerado no período em curso, estando quase concluídas a impermeabilização de sua cobertura e as instalações elétricas e hidráulicas, serviços que permitirão a preparação final do revestimento dos pisos e paredes.

Devendo essa obra ser entregue em janeiro de 1961, estão sendo envidados esforços para a conclusão dos blocos B e C, que, juntamente

com o A, já de todo acabado, possibilitará o imediato desfôgo das atividades do tradicional edifício da Praia Vermelha, cujos alunos e professores passarão a contar com instalações apropriadas que lhe serão oferecidas na Cidade Universitária.

Com a continuidade do ritmo desenvolvido aos trabalhos concluir-se-á o Bloco D, do decorrer de 1961, como etapa final do conjunto da Faculdade Nacional de Arquitetura.

Escola Nacional de Engenharia — Formada por nove blocos interligados e ocupando uma área superior a 700.000m², a Escola Nacional de Engenharia desponta como a unidade de maior desenvolvimento horizontal do conjunto da Cidade Universitária.

O Bloco A, com seis pavimentos, numa área bruta de 29.775m², destina-se aos Departamentos de Matemática, Física, Química e Desenho, além de abrigar serviços diversos como secretaria, tesouraria, portaria, etc. Em adiantada fase de construção, êsse Bloco deverá estar terminado em janeiro de 1961, como parte do programa traçado.

Para que se pudesse atingir a êsse objetivo, recebeu essa obra a maior soma de investimentos no último período, salientando-se, como executados, os serviços de conclusão de revestimento do teto e paredes, instalação de elevadores sociais e de serviço, execução da rede hidráulica, início da instalação da subestação elétrica, impermeabilização do terraço, revestimento das fachadas com litocerâmica, colocação dos contramarcos para as esquadrias de alumínio, cimentado para nivelamento do piso das salas, corredores e «halls», marmorite nos pisos dos corredores e «halls», atêrro para elevação da área externa, etc.

Os demais blocos, com a estrutura já concretada, constituem etapa para conclusão posterior e serão atacados no início de 1961, com exceção do Bloco I, que se encontra parcialmente levantado, de tipo e destinação especiais, dispondo de pé-direito duplo, sobreloja parcial e cobertura em «sheds» para iluminação zenital.

Hospital de Clínicas — O Hospital de Clínicas, obra de grande complexidade e que constituirá a maior unidade do conjunto universitário, tem a estrutura dos Blocos B e C já concluída, encontrando-se o Bloco A em fase final de execução.

O Bloco C destinado às clínicas médicas e cirúrgicas, cuja instalação de águas pluviais já se acha pronta, está também com a sua alvenaria em fase bastante adiantada, objetivando-se conseguir o imediato funcionamento da primeira parte do hospital, com capacidade para 900 leitos. Ainda nesse Bloco, intensa atividade vem sendo desenvolvida para ultimar as instalações elétricas e os trabalhos de proteção da cobertura.

O Bloco A, previsto para atender a 2.000 leitos, apresenta-se com a alvenaria executada em dez andares, restando os trabalhos de instalações diversas, revestimentos e esquadrias, além de uma pequena parte da concretagem da estrutura dos dois últimos pavimentos.

Com as mesmas características do Bloco C, no Bloco D, que deverá entrar em funcionamento numa segunda etapa, vem sendo realizados, com a necessária intensificação, os trabalhos de instalações hidráulicas para posterior execução da alvenaria.

Ocupando o setor central, entre as alas B e C, o Bloco E, onde serão localizados os serviços de armazenagem, dietética, rouparia, vestiários para subalternos, serviços técnicos e instalações diversas, tem a sua estrutura parcialmente levantada, encontrando terminada até a altura do seu piso que já se acha concretado.

Até janeiro de 1961, na marcha atual dos trabalhos, será completa a concretagem da estrutura do Bloco A, concluída a alvenaria do Bloco C, ficando em andamento a do Bloco B e a dos dois últimos pavimentos do Bloco A, além de ser acelerada a concretagem dos «sheds» do Bloco E.

Ponte Oswaldo Cruz — A Ponte Oswaldo Cruz, com a execução acelerada, tem a sua entrega ao tráfego prevista para 1961, acham-se concluídos os seus dois encontros e um dos quatro apoios, estando os três apoios restantes já acamados em leito rochoso e em adiantado estado de construção.

Escola Primária e Alojamento para Estudantes — Mediante acordo com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, foi readaptado e transformado o antigo Presídio Militar da ex-Ilha do Bom Jesus, numa bem instalada escola primária, hoje em funcionamento com cerca de 400 alunos matriculados.

Ainda no referido prédio, em seus três andares superiores, foi ultimado um confortável alojamento com capacidade para 200 estudantes, com salas de estudo, dependências de recreio, com utilização prevista para 1961.

Oficinas de Artes Gráficas — Está sendo concluída a construção da Oficina Gráfica, obra que, com os seus 4.100m² de área útil, possibilitará a instalação adequada e a necessária ampliação dos serviços gráficos da Reitoria da Universidade do Brasil.

Com solução simples, segura e econômica, construiu-se com estrutura e cobertura metálicas, dispondo ainda de adequadas dependências administrativas, além de refeitório, salão de jogos e de estar com previsão para o recebimento de equipagem dentro da mais alta linha técnica.

Arruamento e Águas Pluviais — Para entrega ao tráfego em princípios de 1961, estão sendo iniciados os trabalhos de construção de 3.120 metros de arruamento, com pistas de 10,50 metros de largura, a pavimentação à base de macadame hidráulico, para acesso às diversas unidades da Ilha Universitária.

Trata-se de obra de invulgar importância, que necessitará de ampla movimentação de terra para regularização topográfica, além dos serviços marginais para o escoamento das águas pluviais e que, somada aos 2.000 metros de pistas existentes, permitirá a fácil interligação de todo o conjunto universitário.

TRANSFERÊNCIA DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA BRASÍLIA

Em fevereiro do ano de 1958, pelo Decreto nº 43.285, foi constituído, junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público, um Grupo de Trabalho com a finalidade de promover a transferência de órgãos federais para a nova Capital.

Iniciadas as suas atividades, tratou-se do planejamento geral, tendo em vista não só os órgãos a serem transferidos como também aqueles que deverão ser criados em Brasília.

Foi feito o estudo das plantas dos edifícios, tendo-se a seguir projetado a distribuição das diversas repartições.

A par da fixação progressiva dos quantitativos de pessoal a ser transferido para o Planalto Central, cuidou-se da assistência aos servidores e seus dependentes, mediante a elaboração de plano de transporte de equipamentos e bagagens, bem como recepção.

A êsse trabalho seguiu-se a fase executiva de programa. As providências aceleraram-se no decorrer de 1960, podendo ser consideradas como sanadas as principais dificuldades e problemas naturais da fase preliminar da transferência.

O desenvolvimento desse período de ação pode resumir-se nos seguintes aspectos principais:

- transferência de parlamentares e servidores, bagagens e equipamentos do Senado Federal;
- transferência de Ministros e servidores, equipamentos e bagagens do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos, Supremo Tribunal Eleitoral e do Tribunal de Justiça local;
- transferência do pessoal da Presidência da República, dos Ministros de Estado, servidores de todos os Ministérios, equipamentos dos órgãos e bagagens de cada servidor;
- fornecimento e distribuição de mobiliário para a instalação do Tribunal Federal de Recursos, Supremo Tribunal Eleitoral, Tribunal de Justiça local, gabinetes e demais repartições transferidas;
- fornecimento de mobiliário, no todo ou em parte, para residências de senadores, deputados, ministros dos Tribunais Superiores, Ministros de Estado e servidores categorizados dos Ministérios;
- construção de 400 residências populares destinadas ao pessoal do Departamento de Imprensa Nacional e subalternos dos Ministérios;

— construção de restaurante e Centro Social para atendimento dos servidores mandados servir em Brasília;

— elaboração do contrato de arrendamento dos edifícios construídos por Institutos e Caixas de distribuição de residências, por cotas, aos órgãos dos Três Podêres, com a manutenção do controle sobre as unidades residenciais distribuídas.

Os resultados desses trabalhos podem ser aferidos, sabendo-se que até 30 de outubro de 1960, foram embarcados de avião 2.164 servidores e 4.268 dependentes, de ônibus 680 servidores e 987 dependentes, e autorizados a seguir em condução própria 280 servidores e 476 dependentes, num total geral de 3.124 servidores e 5.731 dependentes. Nesse cômputo não figuram os servidores transportados pela Força Aérea Brasileira, em número superior a 1.600.

Fator importante no êxito alcançado pelas providências relativas à sendo 289 para remessa de equipamentos e 920 para o transporte de bagagens. O total da carga alcançou 44.352 metros cúbicos, representando 4.132.000 quilos.

Continua a ser prestada assistência aos servidores e aos seus dependentes, além de pagamento das diárias, que vem ocorrendo normalmente, e da conservação dos edifícios.

Fator importante no êxito alcançado pelas providências relativas à transferência, foi o clima de estreita colaboração mantida com os Podêres Legislativo e Judiciário.

Empreendimento de maior vulto, realizado por técnicos de serviço público brasileiro, a transferência dos órgãos da Administração somente se pode comparar às operações militares dado que foi possível deslocar, em tempo mínimo, 3.200 famílias, sem qualquer acidente.

REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

Outro setor em que continuou o D.A.S.P. a desenvolver intensa atividade, no decorrer do ano de 1960, foi o de pessoal, através da Divisão respectiva, hoje Divisão do Regime Jurídico.

Além das atividades normais do estudo de numerosos processos de caráter geral; processamento de várias organizações de Quadros e Tabelas de Pessoal de órgãos do serviço público federal e autárquico; alteração de lotação; criação de funções gratificadas e elaboração de anteprojetos regulamentares, com vistas à aplicação e observância da legislação específica do pessoal, tiveram ainda que ser enfrentados e resolvidos problemas conexos decorrentes da promulgação e conseqüente implantação do Plano de Classificação de Cargos do funcionalismo público civil da União.

Dentre êsses trabalhos, salienta-se a colaboração e assistência técnica no planejamento e elaboração do Plano de Classificação de Cargos do Estado do Maranhão; a reestruturação dos Quadros e Tabelas do Pessoal da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (I.A.P.F.E.S.P.), Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (S.P.V.E.A.) e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.); a reestruturação dos Quadros e Tabelas de Pessoal das Universidades do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Pernambuco; o assessoramento prestado ao Senado quando da tramitação do Plano de Classificação de Cargos; assessoramento junto ao Presidente da República para justificação dos vetos apostos ao Plano de Classificação de Cargos; o estudo sobre o aproveitamento do pessoal do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.); e, finalmente, a elaboração de numerosos anteprojetos de regulamentação relativos a problemas decorrentes da implantação do Plano de Classificação de Cargos.

Cumpre assinalar ainda o trabalho desenvolvido pelo D.A.S.P. no sentido de manter inteiramente atualizados os seus fichários de legislação e jurisprudência, que constituem fonte segura de informação e de esclarecimentos para todos os demais órgãos administrativos e para o público interessado.

A Divisão de Regime Jurídico, denominação que assumiu, por força da Lei nº 3.780, de 12/7/60, a antiga Divisão de Pessoal do D.A.S.P.,

coubé empreender, na última fase, juntamente com a Divisão de Classificação de Cargos, a escrupulosa política de pessoal, dentro dos princípios de moralidade e correção administrativa, instaurados desde o início do Governo de Vossa Excelência. Diversamente do que apregoam certas fontes de informação, não devidamente esclarecidas sobre o assunto, essa política produziu, na realidade, resultados altamente lisonjeiros para o governo.

No período de 1956 a 1960, foram extintos 32.423 cargos e funções públicos, num montante atual de despesas superior a 7 bilhões de cruzeiros anuais. Outro fato aliás ineditamente auspicioso para o governo é que, no mesmo período, o número de nomeações na Administração Direta, abrangendo todos os Ministérios e os órgãos subordinados à Presidência da República, é inferior ao dos funcionários que deixaram o serviço público, conforme o atesta eloqüentemente o movimento, ano a ano, de provimentos e vacâncias de cargos e funções públicas nos órgãos referidos, a seguir discriminados:

OS QUADROS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

A respeito dos Quadros de Pessoal das Universidades federais, cumpre acentuar que a política seguida, longe de estimular o empreguismo, adotou a mesma linha de austeridade mantida pelo Governo.

Em consequência de a Lei nº 2.284, de 9 de agosto de 1954, proibir a admissão de extranumerário-mensalista, as Universidades recorreram à admissão de pessoal temporário como contratado, tateiro, pessoal eventual, horista e assemelhados. Daí se originou um regime anômalo de pessoal, envolvendo milhares de servidores de fato.

Como não poderia subsistir semelhante situação, extensiva, aliás, às demais autarquias, a Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1958, equiparou as diversas categorias de pessoal temporário ao extranumerário mensalista. Por isso, o Decreto nº 45.360, de 21 de janeiro de 1959, que regulamentou a aludida Lei nº 3.483, estabeleceu em seu artigo 8º, a remessa ao D.A.S.P., por parte dos órgãos interessados, no caso as Universidades, da proposta de criação de funções de extranumerário mensalista, o que exigiria obrigatoriamente alteração de quadros e tabelas de pessoal. Por outro lado, o Governo, numa iniciativa altamente moralizadora, pelo Decreto nº 47.888, de 8 de março de 1960, estabeleceu que as Universidades proporiassem a reorganização de quadros e tabelas de pessoal.

Assim, cargos e funções tiveram de ser criados nas Universidades, com o objetivo de regularização do pessoal já existente, e de atender, estritamente, e com ampla justificação em cada caso, às necessidades de serviço, dentro da rigorosa observância da lei.

PROVIMENTO E VACÂNCIA NA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA, NO PERÍODO DE 1956 A 1960

TOTAL GERAL

PROVIMENTOS

1956	1.931
1957	2.934
1958	3.394
1959	4.420
1960	7.239

Total	19.918
-------------	--------

VACÂNCIAS

1956	3.456
1957	3.536
1958	4.518
1959	6.656
1960	3.245

Total	21.411
-------------	--------

TOTAIS PARCIAIS — ANO A ANO

1956

PROVIMENTOS

Nomeações em comissão	202
Nomeações efetivas	906
Nomeações interinas	673
Nomeações interinas (substituição)	85
Reintegrações	3
Readmissões	29
Reversões	11
Aproveitamentos	22

Total	1.931
-------------	-------

VACÂNCIAS

Aposentadorias	2.575
Demissões	27
Exonerações	769
Falecimentos	85

Total	3.456
-------------	-------

1957

PROVIMENTOS

Nomeações em comissão	92
Nomeações efetivas	1.368
Nomeações interinas (substituição)	59
Nomeações interinas	1.321
Reintegrações	9
Readmissões	74
Reversões	8
Aproveitamentos	3
Total	2.934

VACÂNCIAS

Aposentadorias	2.881
Demissões	48
Exonerações	460
Falecimentos	147
Total	3.536

1958

PROVIMENTOS

Nomeações em comissão	85
Nomeações efetivas	2.497
Nomeações interinas	686
Nomeações interinas (substituição)	55
Reintegrações	9
Readmissões	24
Reversões	15
Aproveitamentos	23
Total	3.394

VACÂNCIAS

Aposentadorias	3.350
Demissões	219
Exonerações	749
Falecimentos	92
Dispensas	108
Total	4.518

1959

PROVIMENTOS

Nomeações em comissão	165
Nomeações vitalícias	132
Nomeações efetivas	2.852
Nomeações interinas	1.047
Nomeações interinas (substituição)	88
Reintegrações	77
Readmissões	39
Reversões	19
Aproveitamentos	5
Admissões	66
Total	4.490

VACÂNCIAS

Aposentadorias	3.718
Demissões	203
Exonerações	2.478
Falecimentos	188
Dispensas	69
Total	6.656

1960

PROVIMENTOS

Nomeações em comissão	109
Nomeações efetivas	5.007
Nomeações interinas	1.883
Nomeações interinas (substituição)	96
Reintegrações	8
Reversões	24
Readmissões	101
Aproveitamentos	11
Total	7.239

VACÂNCIAS

Aposentadorias	2.249
Demissões	133
Exonerações	512
Falecimentos	319
Dispensas	32
Total	3.245

Na administração indireta, compreendendo as diversas categorias de autarquias, observou o D.A.S.P. o mesmo rigor nos processos de organização e alteração de quadros de pessoal, que lhe foram submetidos a exame. Foram, assim, extintos, nesses quadros, 6.033 cargos e funções. Sobretudo, necessário é que se saiba que o Govêrno deixou de preencher, nas autarquias, 28.115 cargos e funções que entrega vagos à administração do futuro Govêrno. Enfim, a situação dos cargos e funções, nas autarquias é, atualmente, a seguinte:

N.º de cargos e funções existentes	148.212
N.º de cargos e funções vagos	28.115
N.º de cargos e funções preenchidos	120.097

NÚMERO DE CARGOS E FUNÇÕES DAS AUTARQUIAS EM 20/12/1960

NOME DO ÓRGÃO	Nº CARGOS	Nº FUNÇÕES	PREENCHIDOS		VAGOS		EXTINTOS	
			CARGOS	FUNÇÕES	CARGOS	FUNÇÕES	CARGOS	FUNÇÕES
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA								
Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).....	1.162	450	995	450	167	—	90	—
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).....	4.838	—	3.581	—	1.257	—	36	—
Conselho Nacional de Estatística (CNE).....	1.070	122	634	—	436	—	—	—
Conselho Nacional de Geografia (CNG).....	—	—	—	85	—	37	—	—
Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).....	—	66	—	36	—	30	—	—
Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).....	—	47	—	47	—	—	—	—
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).....	—	—	—	—	—	—	—	—
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA								
Caixa de crédito da Pesca (CCP).....	79	64	66	52	13	12	4	—
Instituto Nacional do Mate (INM).....	4	128	4	122	—	6	16	—
Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).....	746	—	625	—	121	—	30	—
Serviço Social Rural (SSR).....	460	—	310	—	150	—	—	—
Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).....	346	—	274	—	72	—	—	—
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA								
Universidade da Bahia (UBa).....	2.432	742	1.454	731	978	11	10	106
Universidade do Brasil (UB).....	—	4.505	—	2.974	—	1.531	—	1.009
Universidade de Minas Gerais (UMG).....	—	—	—	—	—	—	—	—
Universidade do Paraná (UPr).....	2.830	—	1.332	—	1.498	—	—	—
Universidade do Recife (URe).....	2.453	—	1.887	—	566	—	30	—
Universidade do Rio Grande do Sul (URGS).....	2.485	—	1.457	—	1.028	—	—	—
Universidade do Ceará (UCe).....	1.412	—	676	—	736	—	—	—
Universidade ao Pará (UPa).....	458	—	358	—	100	—	8	—
Universidade Rural de Pernambuco (URPe).....	509	—	332	—	177	—	—	—
MINISTÉRIO DA FAZENDA								
Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais (CSCEF).....	76	—	76	—	—	—	51	—
Caixas Econômicas Federais:								
Amazonas.....	49	—	49	—	—	—	5	—
Alagoas.....	42	6	42	6	—	—	2	—
Bahia.....	266	—	266	—	—	—	84	—
Ceará.....	94	—	94	—	—	—	7	—
Espírito Santo.....	82	—	82	—	—	—	—	—
Goiás.....	22	3	22	3	—	—	—	—
Maranhão.....	31	—	31	—	—	—	17	—
Mato Grosso.....	45	—	45	—	—	—	9	—
Minas Gerais.....	858	—	858	—	—	—	39	—
Pará.....	113	—	113	—	—	—	20	—

NOME DO ÓRGÃO	Nº CARGOS	PREENCHIDOS		VAGOS		EXTINTOS	
		CARGOS	FUNÇÕES	CARGOS	FUNÇÕES	CARGOS	FUNÇÕES
Paraíba.....	79	10	10	—	—	8	—
Pernambuco.....	249	—	—	—	—	10	—
Piauí.....	28	—	—	—	—	—	—
Paraná.....	579	—	—	—	—	36	—
Rio Grande do Norte.....	24	—	—	—	—	1	—
Rio Grande do Sul.....	656	—	—	—	—	203	—
Estado do Rio de Janeiro.....	3.073	—	—	—	—	547	—
Santa Catarina.....	464	—	—	—	—	68	—
São Paulo.....	126	—	—	—	—	—	—
Sergipe.....	2.802	—	—	—	—	—	—
Instituto Brasileiro do Café.....	17	4	4	—	—	1	—
Caixa Econômica Federal de Brasília.....	4.313	—	—	303	—	—	—
	552	—	—	249	—	—	—
MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
Conselho Federal e Regional de Engenharia e Arquitetura.....	85	10	10	6	—	46	30
Conselho Federal e Regional de Contabilidade.....	34	—	—	5	—	—	—
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB).....	1.997	—	—	247	—	7	—
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.....	6.639	4.410	4.410	634	—	788	—
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.....	7.252	3.890	3.890	349	—	83	—
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.....	5.046	373	360	792	13	—	—
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.....	16.435	1.494	1.286	5.596	208	432	70
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.....	2.304	516	433	372	83	71	—
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.....	8.359	—	—	1.228	—	—	—
Serviço de Alimentação da Previdência Social.....	1.393	1.127	711	466	416	26	1.491
Instituto Nacional do Pinho.....	951	—	—	49	—	—	—
Instituto Brasileiro do Sal.....	156	—	—	107	—	8	5
Hospital Júlia Kubitschek.....	271	—	—	155	—	—	—
MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS							
Administração do Porto do Rio de Janeiro.....	9.449	—	—	2.092	—	99	—
Comissão de Marinha Mercante.....	427	—	—	—	—	—	—
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.....	4.716	12.206	8.404	1.439	3.802	33	160
Loide Brasileiro.....	7.711	—	—	—	—	211	—
Serviço de Navegação da Baía do Prata.....	—	750	598	—	152	—	12
Serviço de Navegação da Amazônia e Portos do Pará.....	—	2.111	2.032	—	79	—	7
TOTAIS.....	109.145	33.034	26.654	87.410	6.360	3.143	2.890

ATIVIDADES DE DOCUMENTAÇÃO

Os setores administrativos que constituem o Serviço de Documentação, coordenados em espírito de equipe, executaram amplo programa de trabalho.

A «Revista do Serviço Público», órgão oficial do D.A.S.P., para divulgação de assuntos especializados na técnica, na ciência e no direito administrativo, representa o setor mais importante do Serviço de Documentação. Foi fundada em 1937, no tempo em que o Conselho Federal do Serviço Público Civil evoluía, na sua obra racionalizadora, para se transformar, em 1939, no D.A.S.P..

A Seção de Publicações do Serviço de Documentação do D.A.S.P. tem como finalidade a publicação de trabalhos especializados sobre Administração Pública. O ritmo de produção desse órgão na atual gestão é em média de um livro por quinzena, editando, ainda, o «Boletim do Pessoal do D.A.S.P.».

Além do «Relatório anual do D.A.S.P.» e das atividades já citadas, o Serviço de Documentação ampliou a sua esfera de trabalho à divulgação de obras de interesse histórico e científico, que toquem de perto à cultura geral, como também à publicação dos textos legais de maior importância.

São em número de três as coleções editadas pela Seção de Publicações, sem citar outras publicações avulsas e as que constituem a separata de artigos escolhidos da «Revista do Serviço Público». As três coleções de panfletos são «Pequenos estudos sobre Administradores Brasileiros» (estudos bibliográficos sobre estadistas nacionais, sendo o último sobre Regente Feijó); «Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas» (versa sobre a doutrina do Direito, comentários, a jurisprudência e a legislação; a última publicação dessa coleção foi «O abuso do Poder Administrativo no Brasil» de autoria do Dr. Caio Tácito); e os «Ensaio de Administração», que versam também sobre assuntos administrativos, em caráter de trabalho de pesquisa e doutrinário: o último folheto dessa coleção foi: «O Contrôlo financeiro pelo Tribunal de Contas» de Ewald Sizenando Pinheiro.

Dentre as obras avulsas mencionam-se o «Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Brasileiros» de Araújo Cavalcanti,

«Introdução à Sociologia» de Paulo Dourado de Gusmão, «O Pensamento Filosófico de Clovis Bevilacqua», de Alcântara Nogueira, e outros.

É de salientar que, no decorrer do período compreendido entre 1956 e 1959, o movimento de expedição da Revista do Serviço Público, assinalou, em remessa, cerca de 237.396 exemplares assim discriminados:

Para o Brasil	210.431	exemplares
Para o Exterior	26.965	exemplares

No período 1956/1958 foram editados pelo D.A.S.P 86 obras, abrangendo nada menos de 165.034 exemplares, e com recursos próprios 18 publicações estimadas em 16.300 exemplares.

Para se ter idéia do trabalho de documentação apresentado neste triênio, assinale-se entre obras entregues no próprio local e remetidas para o interior e exterior 163.843 exemplares. O movimento da Revista do Serviço Público e demais publicações, naquele triênio, ascende à expressiva cifra de 401.239 exemplares. Incluindo nesse total o movimento editorial de 1959 e 1960, verifica-se uma divulgação que ultrapassa meio milhão de exemplares, no Brasil e no Exterior.

Promoveu, ainda o D.A.S.P. um concurso de monografias em homenagem ao «Dia do Servidor Público» — 28 de outubro — no qual foram apresentados numerosos trabalhos sobre Administração Pública.

Dentre êsses, obteve o primeiro lugar o que se intitula o *abastecimento de material em face da mudança da Capital Federal para Brasília*, de autoria de Paulo Augusto Moreira, premiado com Cr\$ 15.000,00.

Obteve o segundo lugar o trabalho *um esboço de estabilidade aos chefes*, de autoria de Venero Caetano da Fonseca, premiado com Cr\$ 10.000,00.

O terceiro foi atribuído à monografia *aspectos administrativos da problemática da exportação*, de Georges Daniel Landau, cabendo-lhe Cr\$ 5.000,00 de prêmio.

Houve ainda as seguintes menções honrosas:

1ª) *A criação do crédito fiscal e suas condições* — de autoria do Senhor Adelmar Ferreira;

2ª) *O Banco Nacional da Previdência Social* — de autoria do Senhor Oscar Vitorino Moreira;

3ª) *Da autonomia da instância administrativa* — de autoria do Senhor Aracatí dos Reis Chouzel;

4ª) *O aluguel das coletorias federais* — de autoria de Caio Aurélio Azambuja de Andrade.

Foram solenemente entregues os prêmios na sala 621 do Ministério da Fazenda, onde funciona a Revista do Serviço Público.

DIVULGAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE OBRAS EDITADAS PELO D.A.S.P.

Cabe registrar, de modo especial, a intensa movimentação de obras editadas pelo D.A.S.P., e expedidas para o Brasil como para o Estrangeiro, conforme o atesta a relação abaixo:

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

	Tiragem
setembro de 1959	6.500
outubro de 1959	7.000
novembro e dezembro de 1959	7.000
janeiro e fevereiro de 1960	6.500
março de 1960	6.500
abril e maio de 1960	6.500
junho de 1960	6.000
Total	46.000

II — Expedição regular:

Para o Brasil	34.653
Para o Exterior	3.899
Total	38.552

III — Expedição Avulsa:

Para o Brasil:	
Balcão	2.136
Correio	13.910
Para o Exterior:	
Correio	341
Total	16.387

IV — Assinaturas pagas:

Para o Brasil	36
---------------------	----

V — Assinaturas gratuitas

Para o Brasil	786
Para o Exterior	31
Total	817

VI — Assinaturas suspensas:

Para o Brasil	33
---------------------	----

PUBLICAÇÕES REMETIDAS PELO CORREIO

BRASIL

	Quantidade
Alagoas	130
Amazonas	229
Bahia	534
Ceará	415
Espírito Santo	187
Goiás	184
Maranhão	411
Mato Grosso	123
Minas Gerais	1.132
Pará	177
Paraíba	73
Paraná	464
Pernambuco	1.513
Piauí	163
Rio Grande do Norte	196
Rio Grande do Sul	665
Rio de Janeiro	540
Santa Catarina	247
São Paulo	1.771
Sergipe	157
Distrito Federal — Brasília	1.756
Territórios	15
Estado da Guanabara	6.846
Total	17.928

PUBLICAÇÕES REMETIDAS PELO CORREIO

EXTERIOR

	Quantidade
Argentina	273
Bolívia	17
Canadá	34

Chile	25
Colômbia	15
Cuba	89
Equador	53
Espanha	210
Estados Unidos da América	106
França	87
Guatemala	63
Haiti	13
Honduras	30
Inglaterra	13
Itália	82
México	26
Nicarágua	13
Panamá	30
Paraguai	39
Peru	30
Portugal	112
República Dominicana	13
Suiça	24
Uruguai	59
Venezuela	17
S. José da Costa Rica	56
Austrália	24
Alemanha	48
Rep. de El Salvador	26
Tchecoslováquia	13
Noruega	14
Grécia	16
Holanda	17
Índia	13
Indonésia	13
Irã	13
Israel	13
Iugoslávia	37
Japão	13
Libano	13
União Sul Africana	18
Paquistão	3
Turquia	13
Polónia	13
Bélgica	27
Dinamarca	13
Suécia	13
Egito	10
Formosa	13
Síria	13
Tailândia	14
Austria	9
Total	1.971

OBRAS ENTREGUES AO PÚBLICO NO ESTADO DA GUANABARA

Titulo	Quantidade
O Abuso do Poder Administrativo no Brasil	131
Acidentes do Trabalho	2
Abastecimento d'água para pequenas comunidades	3
Administração do Material no Governo Brasileiro	1
Afirmções na Prática do Direito Nacional	643
Aimorés — Análise Antropológica de um Programa de Saúde	19
A Alimentação e a Família	1
Alimentação, População e Processo Social	1
Aquarela do Brasil	15
Aspecto Econômico na Orientação Profissional	1
Aspectos Legais do Mandado de Segurança	1
Avaliação de Cargos	160
O Banco dos Municípios	1.082
Barão do Rio Branco	164
Brasília e o Desenvolvimento Nacional	870
A Biblioteca — Ano I — fevereiro de 1944	1
A Biblioteca — Vol. I n°s 7-8 — agosto e setembro de 1944	1
A Biblioteca — Vol. 1 n°s 9-10 — outubro-novembro de 1944	2
A Biblioteca — Vol. n° 12 — dezembro de 1944	2
A Biblioteca — março e abril de 1945 — vol. II n°s 3 e 4	1
A Biblioteca — vol. II — n°s 7 e 8 — julho-agosto de 1945	1
A Biblioteca — vol. II — n°s 9 e 10 — setembro de 1945	1
A Biblioteca — vol. II — n°s 11 e 12 — novembro e dezembro de 1945	1
A Biblioteca — Ano IV — vol. IV — n°s 7-12 — julho dezembro de 1947	1
A Biblioteca — Ano V — vol. V — n°s 7-12 — julho e dezembro de 1948	1
A Biblioteca — Ano VI — vol. VI — n°s 1-4 — janeiro a abril de 1949	2
A Biblioteca — ano VI — vol. VI — n°s 5-8 de maio a agosto de 1949	1
A Biblioteca — ano VI — vol. VI — n°s 9-12 — setembro dezembro de 1949	1
A Biblioteca — ano VII — vol. VII — n°s 9-12 — setem- bro a dezembro de 1950	1
A Biblioteca — janeiro de 1951 a agosto de 1952	1
A Biblioteca — janeiro/abril de 1953 — n° 1	2
A Biblioteca — maio a dezembro de 1953	2
A Biblioteca — janeiro/dezembro de 1954	1
A Biblioteca — janeiro/março de 1955 — n° 4	3
A Biblioteca — janeiro/dezembro de 1956	2

A Biblioteca — ano IV — vol. 14 — janeiro a dezembro de 1957	2
A Biblioteca — janeiro/março de 1958 — vol. 15 nº 1	1
A Biblioteca — abril a junho de 1958 — vol. 15 nº 2	3
A Biblioteca — julho/dezembro de 1958 — nº 10	1
A Biblioteca — janeiro a março de 1959 — nº 11	1
Calor Humano e Ambiente de Trabalho	2
Catálogo das Publicações do D.A.S.P.	3
O Centenário da Origem das Espécies 1.859 — 1959	30
Alguns parlamentos estrangeiros	3
Cidade Universitária da Universidade do Brasil — 1952	1
Cidade Universitária da Universidade do Brasil	713
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1937/1942	1
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1938 a maio de 1947	1
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1947	1
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1948	1
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1958	3
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1937 a 1950	3
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1951 a 1958	42
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1959	56
Classificação de Cargos no Serviço Público — Fasc. I	34
O Comércio Brasil — Estados Unidos e a Conquista de Novos Mercados	281
O Comércio Exterior e a Inflação Brasileira	1.349
Competência de Poder Executivo Para Criar Funções Gratificadas	4
A Compra Centralizada	1
Compras do Governo	1
Conferência — Municipalismo e Ruralismo	2
O Congresso	2
Considerações Gerais sobre a Organização de Almo-xarifados	1
O Contrôlo Administrativo	1
Curso de Direito Municipal	1
D.A.S.P. une Institution au Service du Brésil	4
D.A.S.P. Instituição a Serviço do Brasil	3
O Departamento de Referência	10
Descentralização Funcional do Tribunal de Contas	19
Descrições de Cargos	6
Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios ..	24
Elementos de Técnica de Avaliação de Cargos	1
Ementário de Decisões Administrativas — vol. 2	152
Ementário de Decisões Administrativas — Fasc. II	18

Ementário de Decisões Administrativas — Fasc. III ..	11
Ementário de Decisões Administrativas — Fasc. IV ..	47
As Empreitadas de Obras Públicas no Direito Brasileiro	7
Ensaio de Administração: Administração Financeira e Contábil	1
Ensaio de Administração: Alguns Aspectos da Administração de Pessoal	1
Ensaio de Administração: Burocracia e Democracia ..	2
Ensaio de Administração: O Contrôlê Financeiro pelo Tribunal de Contas	6
Ensaio de Administração: A Era do Administrador Profissional	1
Ensaio de Administração: Estudos de Política Fiscal	17
Ensaio de Administração: Introdução ao Estudo de Documentação	5
A C.N.E.R. Uma experiência em administração pública	3
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1953	1
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1954	2
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1956	3
Circulares da Secretaria da Presidência da República de 1957	1
Contribuição para o estudo das águas pluviais	1
Considerações e idéias sobre o problema econômico nacional	1
Ensaio de Administração: Introdução ao Estudo do Comércio Exterior do Brasil	1
Ensaio de Administração: Introdução ao Orçamento Público	11
Ensaio de Administração: Mandado de Segurança ...	2
Ensaio de Administração: Notas sobre o Tribunal de Contas da União	2
Ensaio de Administração: Perspectivas da Economia Brasileira	45
Ensaio de Administração: Relações Humanas na Indústria	2
O Ensino do Direito Administrativo no Brasil	1
O Escoamento das águas	1
Estatutos dos Funcionários Públicos da P.D.F.	11
Estudos Brasileiros de Direito e Administração	4
Formação e Seleção dos Funcionários Locais	261
La Formation du Fontionnaire et la administration Française	14
O Govêrno e o Fomento da Produção Animal	1
Henry-Fayol e a Ciencia da Administração	1
História Administrativa do Brasil — vol. II	2
História Administrativa do Brasil — vol. III	12
História da Imprensa no Maranhão	408

História do Maranhão	2.036
História Maravilhosa das Palavras	1.073
Indicador dos Pareceres da Comissão de Acumulação de Cargos — vol. I	2
Indicador dos Pareceres da Comissão de Acumulação de Cargos — vol. II	221
Índice Decimal para Classificação da Jurisprudência Administrativa	1
O Imposto de Renda e a Isenção de Classes	1
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	1
Introdução ao Direito Administrativo	613
Introdução à Sociologia	30
O Lançamento do Imposto Predial	1
Legislação Específica de Pessoal	1
Legislação e Normas sobre Edifícios Públicos	4
Liberdade Religiosa no Brasil — suas Bases Jurídicas	2
Manual de Classificação de Cargos e Fixação de Salários	7
Memória sobre a Transferência da Capital do Piauí ..	236
Mobilização contra o Subdesenvolvimento (operação-Alagoas)	5
Modelos de Decretos	5
Modelos de Fichas Compilados na Biblioteca do D.A.S.P.	1
A Moderna Administração de Pessoal	2
A Mulher no Serviço Público Federal	5
Maurício de Nassau Criou uma Sistemática Administrativa	1
Normas para Catalogação de Impressos	1
As novas Diretrizes Internacionais para os Serviços de Assistência Médica	1
A Oratoria Atual do Brasil	773
Letura de Administração Municipal	1
O D.A.S.P. e a Constituição de 1946	3
Le D.A.S.P. et la Fonction Publique au Brésil	3
Ensaio de Administração — Problemas fundamentais dos Municípios Brasileiros	1
Índice da Revista do Serviço Público — ano VIII	3
Índice da Revista do Serviço Público — ano X	3
Índice da Revista do Serviço Público — ano XI	3
Índice da Revista do Serviço Público — ano XIII	3
Índice da Revista do Serviço Público — ano XIV ...	3
Organização Diplomática e Consular Brasileira	10
A Organização do Quadro Médico no Hospital Moderno ..	1
Padronização	1
Pareceres do Consultor Jurídico do D.A.S.P. (novembro de 1952 a junho de 1955)	1
O Pensamento Filosófico de Clóvis Bevilacqua	137
Pequenos Estudos sobre Grandes Administradores do Brasil:	
Amaro Cavalcante	2
Almirante Balthazar da Silveira	1

Barata Ribeiro	2
Duarte Coelho	2
Epitácio Pessoa	1
Ferreira Viana	2
O Presidente Jerônimo de Souza Monteiro	169
Pandiá Calógeras	4
Paulo Fernandes Viana	1
Regente Feijó	3
Tavares Bastos	1
Perspectiva da Economia Brasileira — 2ª Edição	987
Planejamento Geral dos Serviços Administrativos Municipais	1
Plano Nacional de Obras e Serviços Municipais — Municipalismo e Ruralismo	4.326
Problemas de Administração de Pessoal	1
Problemas da Liberdade Religiosa suas Fundamentações Jurídicas	1
Problemas da Taxa no Brasil	1
A Política Econômica e Financeira do Brasil	1
O Problema dos Aquestos no Direito Civil Brasileiro	1
Problemas de Organização dos Quadros Administrativos	740
O Problema da Racionalização Administrativa no Brasil	1
Racionalização Administrativa do Brasil	4
Readaptação e Orientação Profissional do Cardíaco	1
Dos Recursos Contra os Atoz da Administração	1
Redução do Custo dos Serviços do Material	4
O Regime Jurídico da COFAP	349
Regimento do D.A.S.P. — Decreto nº 41.955 de 3/9/57	9
Relatório das Atividades do D.A.S.P. de 1958	35
Relatório das Atividades do D.A.S.P. de 1959	101
O Relatório Técnico da Nova Capital — 2ª Edição	23
Restaurante para os Servidores Públicos	1
Roteiro Bibliográfico para o estudo da administração Municipal	1
Resultados e Perspectivas do Ponto IV ^o no Brasil	35
Seguro e Assistência Social no Serviço Público	2
Seleção e Orientação Profissionais como Base de Aumento de Produção	1
O Serviço de Revisão de Provas Tipográficas	1
O Sentido Nacional dos Problemas do Nordeste Brasileiro	24
Tabela de Cutter	17
Índice da Revista do Serviço Público — ano XV	3
Índice da Revista do Serviço Público — ano XVI	3
Índice da Revista do Serviço Público — ano XVII	3
Índice da Revista do Serviço Público — ano XVIII	3
Índice da Revista do Serviço Público — ano XIX	3
Índice da Revista do Serviço Público — ano XX	3
Do Tribunal de Contas como Tribunal de Justiça	6
Taylorismo, Faiolismo e Fordismo	1

Textos de Direito e Administração Municipal (A Codificação de Guaranésia) Tomo I — Vol. III —	
Atos do Governo Municipal	1
Trabalho Integral de Estado-Maior Administrativo	1
Três Ensaio de Administração	3
Visita do Presidente Juscelino Kubitschek ao D.A.S.P. ..	40
O Veto-Aspectos Constitucionais do Orçamento	3
O Material no Serviço Público	2
Manual de Simplificação do Trabalho	3
Organização Administrativa da Campanha Nacional contra a Tuberculose	3
O Plano de Classificação de Cargos	1
Política e Problemas — Programa de Metas — Parlamen- tarismo — Nordeste	38
Da publicação da Lei, objeto de veto parcial, antes da apreciação dêste pelo Poder Legislativo	3
Relatório das atividades do D.A.S.P. — ano de 1956 ...	4
Relatório das atividades do DASP — ano de 1957	2
Dos recursos contra os atos da administração	1
Reforma Administrativa do Brasil	3
O sistema geral da operação — Municípios e seu enqua- dramento nos planos de desenvolvimento nacional	2
O tabu da unidade jurisdicional	3
Os Vencimentos no Serviço Público Federal	3
Total	20.039

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Afora as suas atividades habituais, que envolvem os trabalhos relacionados com as diversas ramificações da administração geral, tais como pessoal, material, orçamento, mecanografia, assistência social, serviço auxiliar de portaria, o Serviço de Administração, em 1960, se desincumbiu do delicado encargo de iniciar a transferência do D.A.S.P. para Brasília, de acordo com a planificação geral adotada.

Semelhante tarefa consistiu em preparar os novos locais de trabalho, em transportar para a Nova Capital os móveis e todo o equipamento imprescindível ao funcionamento do órgão. E, sobrepairando sobre tudo isso, solucionar o sério problema do pessoal a ser transferido, após exame pormenorizado de cada caso pessoal, enfrentando, inclusive, as repercussões de toda espécie que tal movimentação acarretaria.

Vencida essa primeira etapa, os esforços se convergiram em dar ao D.A.S.P. a funcionalidade de que necessita, para cumprir suas amplas e complexas atribuições como, por exemplo, em abastecer os diversos setores de Brasília, do material imprescindível, em promover o pagamento do pessoal mandado servir na Nova Capital, com presteza.

Essas atividades se desenvolveram sem prejuízo da normalidade dos serviços dos órgãos remanescentes do D.A.S.P. no Estado da Guanabara, que continuaram a ser atendidos em suas costumeiras necessidades.

Outro fato de relêvo foi o estudo do enquadramento dos servidores do D.A.S.P. ao sistema de Classificação de Cargos, aprovado pela Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960. O resultado desse trabalho demonstrou a existência de 633 servidores no D.A.S.P., incluindo os legalmente afastados para colaborar com diversos órgãos da administração. O mencionado enquadramento, depois de revisto pela Comissão de Classificação de Cargos, mereceu aprovação presidencial, consubstanciada no Decreto nº 49.179, de 1º de novembro de 1960.

A movimentação de papéis, em 1960, foi intensa, embora seja de ressaltar que, no D.A.S.P., a qualidade do trabalho executado se sobrepõe à quantidade dos processos.

Os dados abaixo demonstram o que representou êsse movimento em suas várias modalidades.

Processos entrados no D.A.S.P.	15.581
Processos informados pelos diversos órgãos do DASP:	
com Exposições de Motivos	2.017
com pareceres	2.210
com ofícios	4.200
arquivados	1.620
Telegramas expedidos	2.413
Portarias	452

Tôda essa exposição representa um resumo das atividades de que êste Departamento se orgulha de ter desempenhado no cumprimento fiel de suas atribuições.

Autor : Brasil. Departamento Administrativo do Serviço

Título : Relatório das atividades do DASP : 1960.

35.075.1"1960"(047) B823r

Ac. 3.930

Exemplar : 10063537 - Ex.2 MP DIBIB

C. D. U. 35 (81)



10063537